

ENEM: COMPREENSÃO E EXPECTATIVAS DE ALUNOS DA ESCOLA PÚBLICA

Luciana Noronha Madeira (IC) e Roseli Fernandes Lins Caldas (Orientadora)

Apoio: PIBIC Mackenzie

Resumo

Hoje em dia o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) desempenha um papel importante no Brasil, uma vez que é considerado uma oportunidade para jovens de classes populares entrarem em uma Universidade. No passado, isso era quase impensável. Devido ao seu caráter altamente humanizado, a psicologia, tem o papel de agir e discutir sobre política, cidadania, métodos de transformação da realidade, além de pensar sobre demandas sociais e culturais. Baseado na perspectiva da Psicologia Escolar, o objetivo deste estudo é saber como os alunos de uma escola pública do 3º ano compreendem o ENEM. Para isso, foi aplicado um questionário com sete perguntas em 29 estudantes do ensino médio do 3º ano de uma escola pública, localizada no sudoeste da Grande São Paulo. Foram obtidas 156 respostas, separadas em seis categorias (Vantagens, Desvantagens, Expectativas, definição, Motivos para prestar e motivos para não prestar). Depois disso, as respostas foram divididas em duas subcategorias “palavras e expressões” mais frequentes. Analisando os resultados, observou-se que os alunos veem o ENEM como uma grande oportunidade para entrar em uma Universidade, por outro lado, eles se sentem despreparados, pois, para eles, o exame possui um nível elevado de dificuldade. Descobriu-se que há expectativas ambíguas, de que o ENEM fornece uma “Oportunidade”, a qual é limitada por inúmeras barreiras. Deste modo, cabe o questionamento: em que medida as políticas públicas verdadeiramente alcançam o seu público e efetivam seus objetivos.

Palavras chave: ENEM, Escola Pública, Ensino Médio.

Abstract

Nowadays ENEM (National Exam of High School) have an important role in Brazil, since is considered a way to young people from popular class to achieve a University. In the past, it was almost unthinkable. Because of its character highly humanized, the psychology, has the role to act and discuss about politics, citizenship, methods of changing reality, besides thinking about social and cultural demands. Basing in a Scholar Psychology perspective, the goal of this study is to know how High School students from a Public School understand and comprehend the ENEM. For this, a questionnaire containing seven questions was applied to 29 3º grade high school students from a Public School. This school is localized in south-west of Sao Paulo. It was obtained 156 answers, which was separated into six categories (Advantages, Disadvantages, Expectations, Definition, Reasons to participle and do not

participate on the exam). After that, the answers were divided into two subcategories most frequently “words and expressions”. Analyzing the results, we observed that the students think that ENEM is a great opportunity to achieve a University, in another hand, they feel unprepared, they think that the exam is too high level for them. We observed that there are ambiguous expectations, because ENEM provides an “Opportunity”, but in another hand there are many barriers. Behind it all it’s possible to imagine how these public politics truly archive their public and goals.

Keywords: ENEM, Public School, High School.

INTRODUÇÃO

Diante do contexto atual, a importância do ENEM torna-se evidente, pois estabelece uma nova forma de ingresso à Universidade, gerando para camadas populares uma possibilidade quase não pensada décadas atrás. Diante de tais mudanças sociais o psicólogo como profissional a favor do bem estar social, da cidadania e da melhoria da qualidade de vida, está intrinsecamente ligado a políticas públicas que visam atender demandas sociais, culturais de uma determinada sociedade. Este profissional deve ter uma postura crítica em relação a elas, pois são feitas de grupos para outros grupos e podem conter ideologias diferentes acerca do mundo.

Por isso, é preciso atentar-se à formação de políticas, a quem visam beneficiar, e o que realmente ocorre na implementação. Faz-se necessário conhecer suas ações e consequências reais, pois Políticas Públicas norteiam a atuação do Psicólogo no cotidiano em suas diversas esferas.

No que concerne ao ENEM o estudo realizado visa investigar a compreensão e as expectativas de alunos da Escola Pública a respeito do ENEM. Além disto, visa contribuir para uma visão crítica entre a relação ENEM e seus participantes provindos de Escola Pública, possibilitando identificar a coerência entre o discurso dos beneficiados e as políticas do programa. A partir dos dados colhidos, espera-se ampliar pesquisas na área e provocar reflexões sobre a temática, além de ampliar a informação aos jovens de classes populares que eventualmente desconheçam este direito.

Como problema de pesquisa tem-se: Qual é a compreensão e as expectativas de alunos do 3º ano do Ensino Médio a respeito do ENEM?

REFERENCIAL TEÓRICO

O ENEM como um integrante importante da política de Educação no Brasil, incorpora um relevante aspecto elucidado pelo CREPOP (2013) “Não se pode compreender a Educação sem inseri-la no contexto das políticas econômicas, das políticas públicas e das políticas sociais que lhe dão suporte” (...)

Nesse contexto, visa-se compreender o que são políticas públicas e o papel da Psicologia nelas. Sendo estes programas executados pelo Poder Público que visam atender às necessidades sociais, econômicas, culturais de uma determinada realidade histórica. Tendem a se concentrar em determinado segmento social, étnico ou econômico, com intuito de estabelecer constitucionalmente direitos sociais e cidadania. (BRASIL; BREUS, 2006; RIZZO, 2009). Com esse objetivo de criar uma ação/programa a uma determinada população

(dentro de seu contexto, histórico, étnico e cultural) para prover direitos sociais e cidadania, ocorre que na política educacional o princípio é o mesmo, tendo como meta atentar-se aos direitos à educação. (OLIVEIRA, 2010)

Essas políticas são, no Brasil, embasadas primeiramente na Constituição de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã, pois de acordo com CREPOP (2013), ela

Abre caminhos para a institucionalização dos espaços democráticos, a recuperação de direitos civis e sociais e centra-se em dois princípios básicos: a descentralização do poder do Estado e a participação social ampla da sociedade civil nas decisões políticas.

É diante desta “redemocratização do Estado, da descentralização do poder (...) que a Educação passa a ter autonomia para planejar, implementar e gerir suas políticas educacionais” (CREPOP, 2013)

A partir do momento em que se cria uma Política Pública Educacional, se contempla um investimento nessa área, revelando-se a prioridade que ocupa dentro do Estado. Nesse sentido a Educação no Brasil no período atual é fomentada pelo contexto capitalista de uma política neoliberal, pela livre circulação monetária e ampliação do Mercado. A Lei que sustenta a Educação atualmente¹ (BRASIL, 1996), possui bases orientadas pelo Banco Mundial, denunciando o seu viés e seu objetivo perante o sujeito, formando um indivíduo que possa viabilizar e manter as Leis de Mercado. (NETO, 2002; ANGELUCCI, 2006).

No âmbito das políticas públicas a psicologia inseriu de uma forma não crítica, a partir de uma prática recorrente de universalização de conceitos, como discute Castro (2010)

O que ocorre é que ela imbui-se da convicção de neutralidade e universalismo que lhe permitiu produzir saberes que supostamente poderiam ser utilizados em quaisquer lugares (escolas, hospitais públicos, ou privados, empresas etc.) independentes das circunstâncias dadas, podemos falar então que foi desse modo natural/universalista que se deu a inserção da psicologia nas políticas públicas e de uma ausência de reflexão sobre a especificidade das políticas sociais

Na esfera da Psicologia Escolar, a atuação antes de 1980 visava resolver problemas de âmbito mais individual, que resultavam na culpabilização do aluno, com perspectivas adaptativas à psicologização da educação, sem levar em consideração o sistema em que

¹ Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

estava inserida, a ideologia por trás desta concepção, a quem se sujeitava e quem era prejudicado ou beneficiado nesta atuação da Psicologia.

Passou-se a pensar então, a serviço de quem os (as) psicólogos (as) atuam, se é na produção de um conhecimento que possibilita a dominação do próximo ou um que gera emancipação do sujeito em seu papel político, social e cultural. O objetivo é de prover a cidadania e direitos do sujeito, contribuindo para a compreensão do humano nas esferas históricas e concretas (SOUZA, 2010).

A crítica volta-se a uma formação predominantemente tecnicista, que resulta na alienação do sujeito, com intuito de formar para produzir (em um contexto neoliberalista), ou seja, o indivíduo é tratado como mercadoria, sem a consideração de suas possibilidades dentro da História, e a Educação é vista como um gasto a mais (e não um investimento). (ANGELUCCI, 2006; SOUZA 2010).

Nesse sentido, cabe à Psicologia, para o CREPOP (2013)

A construção de um conhecimento científico crítico, cuja relação teoria e prática seja indissociável e que se comprometa e se responsabilize, social e politicamente, com a democratização da sociedade, visando responder às questões que afetam diariamente a vida das pessoas: exclusão social, violência, discriminação, intolerância, desigualdade, dentre outras.

E também à Psicologia Escolar e Educacional cabe a possibilidade de criação de um projeto que mescle práticas de formação e valorização de uma educação de qualidade, incluindo o fomento de relações democráticas no âmbito escolar. Com isso, a atuação deve ocorrer combatendo práticas que visem à medicalização, patologização e judicialização na vida dos docentes, discentes e funcionários que atuam na esfera escolar. Bem como, participando de lutas por políticas públicas que gerem mais relações democráticas, com superação da desigualdade, exclusão, estigmatização social e preconceitos de gênero (CREPOP, 2013)

Dessa forma,

Colocar em análise as políticas públicas para a educação é problematizar os princípios, os valores e as condições institucionais presentes no cotidiano da escola em que participam todos os envolvidos na comunidade escolar. (CREPOP, 2013)

Política Pública em Educação: ENEM

O ENEM é instituído em 1998 e tem, de acordo com o MEC, o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. (3º ano do Ensino Médio ou os que

já o concluíram), conforme a Lei nº 9.394 de 1996, Estabelece Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Prossegue no decorrer dos anos como um meio de avaliar competências dos alunos, e para sua ampliação, em 2001 o ENEM promove uma democratização no acesso, isentando de taxas para alunos do 3º ano do Ensino Médio da Escola Pública. Fato que elevou bastante o número de inscritos (de 390.180 para 1.627.949). (BARROS, 2014)

A partir de 2004 o ENEM é utilizado como uma forma também de ingresso na Universidade, através do ProUni (Programa Universidade para Todos, regido pela Lei nº 11.096/2005), em que há concessão de bolsas para Universidades privadas. A concessão de bolsas funciona como isenções fiscais para Universidades Privadas, que muitas vezes não prestam contas de como utilizam este dinheiro, como também não transmitem com transparência a quantidade de bolsas concedidas. (BARROS, 2014; SLONIAK et al, 2013).

Em 2009, o exame passa por uma imensa reformulação, de formato, proposta e objetivos. Passa a ser pensado como meio de ingresso à Universidade em substituição do vestibular. Com essa mudança pretende tornar o acesso democrático às Instituições de ensino superior, provocar a mobilidade acadêmica, avaliar competências de jovens e adultos em ensino médio, propiciar a estimulação de uma reestrutura do currículo no Ensino Médio.

A prova, reformulada em 2010, passa a ser composta por 180 questões e não mais 63, contendo 4 áreas a serem avaliadas, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias e Redação; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias; e Matemática e suas Tecnologias. (ANDRIOLA, 2011; BARBOSA, 2011; FERNANDES & MARQUES, 2012; RIBEIRO & SARGENTINI, 2010).

METODOLOGIA

Por que a escolha do método qualitativo?

A Psicologia se insere tanto no campo das ciências humanas como biológicas. No seu aspecto humano, se preocupa com os significados, a subjetividade, os entrelaçamentos das relações entre indivíduos, seus aspectos biopsicossociais. Esta ciência interessa-se também pelo meio que circunda este sujeito, pensando criticamente sua relação com o ambiente, atravessada por ideologias, questões econômicas e sociais. A partir disto a psicologia traça a perspectiva de emancipação do sujeito, em aspecto crítico, repensando a antiga prática de culpabilização deste por sua situação, muitas vezes desconsiderando o meio educacional ou as condições em que vive.

Não é preciso pensar em um sujeito unicamente, mas um método que beneficie e possibilite a autonomia e emancipação de diversos indivíduos, contra a alienação política e

social, em que possa compreender seu lugar e sua prática dentro do contexto brasileiro. Neste sentido a pesquisa qualitativa abrange relações não quantificáveis, ela procura o viés dos significados, desejos, aspirações, costumes, crenças, condutas. Insere-se em um aspecto mais profundo da pesquisa, nas relações sócio-humanas. Deste modo a pesquisa qualitativa se adequa mais ao método da pesquisa proposta, em uma Psicologia que pende para o viés das ciências humanas, com intuito de analisar, conhecer as relações, significados, valores (MINAYO, 2002).

Assim foi escolhido o gênero pesquisa-ação, em que pretende-se unir o conhecimento à ação prática. Com o objetivo de agir na prática no decorrer da pesquisa, em que não se espera o final do projeto, para que se possa intervir (ENGEL, 2000). Desse modo, ao realizar a pesquisa com estudantes, caso estes não tenham conhecimento sobre o ENEM, já se fornece subsídios, ou seja, o fato de pensarem e serem informados sobre o ENEM poderá promover o desejo de buscar mais informações e eventualmente a adesão a esta Política, gerando, assim efeitos práticos no processo educacional dos participantes.

Participantes:

A pesquisa foi feita com 29 estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma Escola Pública situada na região oeste da Grande São Paulo.

O público escolhido para esta pesquisa foi de alunos do 3º ano do ensino médio, pois de acordo com a literatura estes veem o vestibular, o ingresso ao ensino superior, como principal alternativa depois do término do Ensino Médio, sendo um contingente significativo quando se avalia o ENEM e a população que o realiza. (SPARTA, 2005). Também foi devido ao fato de que neste período o estudante está mais próximo de uma possível realização do exame, fazendo para este mais sentido responder a respeito do ENEM, além disso, foi escolhida esta população por conta da demanda da instituição.

Referente à opção pela Escola Pública, se deve porque a maioria dos estudantes brasileiros é matriculada em escolas públicas, possibilitando uma visão mais abrangente da realidade brasileira.

Aspectos éticos: contato com participantes da pesquisa

Para solicitar o contato com os participantes, foi enviada uma carta informativa à Instituição. Neste documento havia todas as informações necessárias, objetivos e procedimentos da pesquisa.

Após a autorização por parte da escola, foi entregue o Termo de Livre Consentimento aos alunos interessados em participar.

A pesquisa garantiu total sigilo, integridade física e psicológica, e a publicação estritamente para eventos acadêmicos, teve adaptações necessárias para que os participantes não se sintam expostos.

Instrumentos e procedimentos

O Instrumento utilizado foi um Questionário realizado com alunos do 3º do Ensino Médio, matriculados na Escola Pública, contendo sete perguntas. O contato foi feito primeiramente via telefone, e depois foi marcada uma visita à escola para se verificar a viabilidade e possibilidade de realização da pesquisa naquele ambiente escolar. O local e a data foram escolhidos de acordo com as conveniências dos participantes.

O questionário foi selecionado para que se possam obter características importantes do que é pesquisado, ou seja, para “iluminar a compreensão do objeto, estabelecer relações e generalizações” (MINAYO, 1999, p.100).

A pesquisadora descobriu a escola por meio de uma conhecida, que lhe passou o contato telefônico. Conversou-se com o Diretor a respeito da possibilidade de se realizar a pesquisa na escola, com o 3º ano e quais dias seria possível o comparecimento. Marcou-se um dia, em uma terça-feira de manhã às 11h. A pesquisadora chegou com antecedência, e aguardou até que a atendessem. O coordenador a cumprimentou e esta explicou como seria a pesquisa, apresentando o questionário. Esse fez alguns apontamentos e pediu para que o aguardasse. O diretor apresentou-se e a pesquisadora mostrou brevemente o trabalho, os instrumentos e procedimentos (carta da instituição, carta do sujeito e termo livre e esclarecido).

Posteriormente o coordenador a chamou para aplicar o questionário, a sala ficava no 2º andar, e era uma turma de 3º ano. Primeiramente falou sobre a pesquisa, apresentou-a aos alunos, e começou a falar sobre a importância da faculdade e sua relação com o TCC. Como possivelmente os alunos iriam enfrentar isto no futuro e precisavam se preparar. O coordenador retirou-se da sala, a pesquisadora ficou com os alunos e um professor, falou sobre a pesquisa e entregou o questionário e os termos, um por um com a ajuda do professor. Após isso, explicou como se preenchia o questionário e o Termo Livre Esclarecido, antes de começar percebeu que ainda havia algumas dúvidas, informou novamente de forma mais detalhada e assim a pesquisa prosseguiu.

Enquanto entregava o questionário uma das alunas a chamou, dizendo que pensava em fazer psicologia, mas estava em dúvida entre medicina e nutrição. A pesquisadora explicou a sua perspectiva sobre o curso, e falou sobre feiras de profissões. Após isso, na entrega das provas, uma outra aluna também a chamou, perguntou dicas de como passar no Enem, pois estava muito preocupada. A pesquisadora deu a sugestão de resolver provas anteriores, a

aluna disse que já estava fazendo isso e mostrou diversos papéis que estavam em sua mochila, essa salientou a importância do estudo, a aluna agradeceu e a pesquisadora voltou para a frente da sala.

O tempo para responder o questionário foi em média de 20 a 30 minutos. Perguntou-se algumas vezes se todos já haviam entregado, depois da confirmação, a pesquisadora agradeceu e despediu-se da sala. Ao sair encontrou o coordenador, comunicou-lhe que tudo havia corrido bem e agradeceu pela possibilidade de pesquisa. O diretor estava em reunião por isto não foi possível a falar com este. Antes de sair a pesquisadora despediu-se da recepção e assim retirou-se.

Modelo do questionário

1) Você conhece alguém que já prestou o Enem?
Sim () Não ()

2) Prestou o Enem ano passado?
Sim () Não ()

3) Neste ano, pretende prestar?
Sim () Não ()

Por quê?

Abertas

4) Quais as vantagens e desvantagens do Enem para você?

VANTAGENS	DESVANTAGENS

5) Para você o Enem é...? (Complete)

6) Você sabe como é prova? Se sim, onde/como obteve essas informações?

7) (Caso vá prestar). O que você espera do Enem?

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do discurso dos estudantes foram organizadas categorias considerando as diferentes temáticas abordadas pelos participantes.

Foram obtidas 156 respostas no total, e para a análise foram divididas em 6 categorias: Vantagens, Desvantagens, Expectativas, Definição, Motivo para prestar e Motivo para não prestar. Dentro destas foram separados dois subgrupos: As palavras e expressões mais recorrentes e também as menos recorrentes, mas que se destacaram. Neste processo foi utilizado um total de 86 respostas (retirando-se todas as repetições, considerando que algumas palavras/expressões tiveram até 14 reiteraões). Com base nas expressões e nas palavras obtidas, fez-se uma correlação entre seu significado e a sua representação no contexto social apresentado.

	Vantagens	Desvantagens	Expectativas	Definição	Motivos para Prestar	Motivos para não prestar	Total
Palavras	11	11	16	7	8	2	55
Expressões	7	5	5	6	5	3	31
Total	18	16	21	13	13	5	86

Tabela 1 – Respostas

Vantagens - Palavras	Repetições	Expressões	Repetições
Bolsa	13	Entrar em uma Universidade/faculdade	6
Universidade/Faculdade	14	Ganhar/conseguir bolsa	6
Conhecimento/Aprendizagem	6	Preparar para vestibulares/Ter experiência	2
Oportunidade/Chance	5	Oportunidade para que não tem condições	1
Vestibular	3	Tirar boas notas	1
SISU/ProUni	2		
Trabalho	1		
Qualificação	1		
Total	45		16

Tabela 2 – Vantagens Repetições

Expectativas - Palavras	Repetições	Expressões	Repetições
Resultado/Pontuação/Nota	9,00	Boa nota/pontuação alta	9
Difícil/Cansativa/Complicada	6,00	Me ajudar	2
Perguntas/Questões	3,00	Conteúdos dados em sala de aula	1
Faculdade	3,00	Conhecimento de Mundo	1
Fácil	3,00		
Trabalho	1,00		
Concorrentes	1,00		
Estudando/Preparando	2,00		
Correção	1,00		
(O) óbvio	1,00		
Total	30,00		13

Tabela 3 – Desvantagens

Definição - Palavras	Repetições	Expressões	Repetições
Faculdade/Universidade	9,00	Testar conhecimentos	4
Futuro	7,00	Algo que da medo/Complicado	2
Porta/Passaporte/Oportunidade	14,00	Bom e difícil	1
Entrar	5,00	Aprender para você saber mais	1
		Porta para o futuro	6
Total	35,00		14

Tabela 4 – Expectativas

Desvantagens - Palavras	Repetições	Expressões	Repetições
Questões	5,00	Muito difícil	3
Difícil/Complexo/Trabalhoso	5,00	Muitas questões	3
Tempo	2,00	Faculdades aderentes	1
Redação	2,00	Reconhecimento menor	1
Correção/Classificação	3,00	Não conheço nenhuma	1
Transporte	1,00		
Exigir	2,00		
Injusto	1,00		
Total	21,00		9

Tabela 5 – Definição

Motivos para prestar - Palavras	Repetições	Expressões	Repetições
Faculdade/Universidade	15,00	Entrar/cursar em uma (boa) faculdade/universidade	12
Boa faculdade/universidade	4,00	Ter mais experiência nos próximos anos	2
Oportunidade	3,00		
Bolsa	5,00		
Sonho	1,00		
Ingressar (na Universidade)	2,00		
Total	30,00		14

Tabela 6 – Motivos para prestar

Motivos para não prestar - Palavras	Repetições	Expressões	Repetições
Tempo (para fazer a prova)	2,00	Não quero/resolvi não prestar mais	2
Inscrição	2,00	Não tô preparado	1
		Greve dos professores	1
Total	4,00		4

Tabela 7 – Motivos para não prestar

Na primeira categoria Vantagem, tem-se “Bolsa”, “Universidade/Faculdade”, “Conhecimento/Aprendizagem” e “Oportunidade/ Chance” como as mais recorrentes. Em “Oportunidade/Chance”, pode-se perceber que uma das vantagens do Enem para estes alunos do Ensino Médio é a representação de uma Oportunidade, uma Chance. Ou seja, uma possibilidade de entrada na Universidade/Faculdade. Entretanto, podemos pensar que como é uma Oportunidade concedida, ela já está presente, então partirá do aluno o esforço para entrar na universidade.

Ele teria a oportunidade, a chance de entrar, mas depende dele para que isso realmente seja efetivado. Todavia, percebemos que na verdade não é isto que acontece, as oportunidades para entrada na universidade não são igualitárias, parte-se do pressuposto de uma meritocracia, em que a partir do próprio mérito o aluno entra na Universidade desejada. Entretanto, este “mérito” é fundamentado em inúmeras variáveis alheias aos alunos.

A meritocracia baseia-se no postulado de que a posição ocupada pelo indivíduo na sociedade é consequência do seu próprio esforço e empenho. Entretanto, ao se afirmar isto, exclui-se muitas vezes o fator histórico e social, em que os indivíduos de diferentes classes sociais não obtêm as mesmas oportunidades e chances na vida. No Brasil, esta questão ainda

é mais forte, pois é marcada pela escravidão de negros e índios, incluindo a impossibilidade de participação política, a partir da renda e também do gênero.

Estes eventos deixam marcas profundas amplamente vivenciadas até hoje, e dificilmente pode-se falar em igualdade proveniente do desempenho, quando para alguns a possibilidade de desenvolver ou demonstrar o seu melhor desempenho sequer existe. Isto se reflete muito no próprio ensino, principalmente o de escola pública, e também no momento do ingresso à Universidade, conforme nos aponta FILHO et al (2006): “Competência e mérito é então medida muito antes de prestarmos vestibular, já a temos, definidas previamente pelas nossas condições de vida, enquanto segmento social”.

Ou seja, a partir do próprio segmento social já se cria uma barreira ou porta para a Universidade, pois a própria qualidade de ensino da Educação Básica de escolas públicas, funciona como uma pré-seleção e resulta em uma menor representação das classes populares no Ensino Superior. (FILHO et al, 2006) Desse modo, este aluno de escola pública muitas vezes enxerga no Enem essa possibilidade de ascensão à Universidade, uma “Oportunidade”, no sentido de ter uma chance de ingressar que antes não era possível por razões históricas e concretas.

Na categoria “Desvantagens” é possível perceber respostas como “Muito difícil”, “Muitas questões”, “Exigentes nas correções” e “É exigido muito no quesito matéria, coisa que nem todo estudante público tem acesso”. Nota-se que apesar de características negativas elas envolvem principalmente a questão do despreparo do aluno, principalmente na última. Diante destes sentimentos, percebe-se que sua raiz não está de fato no ENEM, a prova em si não é o problema, mas o fato de “eu estar despreparado” que a torna ruim.

Isto é, o problema está na forma como esses são (ou não) preparados para a prova, na qualidade de ensino que torne o estudante capacitado e sem medo de realizar a prova. Isto entra novamente na questão da qualidade de Ensino em que o estudante de escola pública tem acesso.

Na categoria “muitas questões” vemos que isso poderia ser um fator negativo, mas com o treino dos alunos na realização de provas assim, ainda teria a mesma conotação? É possível que não. Não entramos aqui no caráter de se fazer provas com muitas questões seria benéfico ou não para a aprendizagem e avaliação dos estudantes, mas se ao fazer várias provas com diversas questões possivelmente amenizaria esse aspecto ruim. Entra novamente na questão do “despreparo”.

Nessa mesma categoria há respostas como “Não é mais 100% de desconto”, “Inscrição”, sendo que é 100% de desconto e as inscrições mediante a comprovação de renda ainda são gratuitas. Desse modo, revela uma certa desinformação em relação à prova, além

de um despreparo que se torna uma desvantagem a mais, assim, vemos também a falta de informação atuando como um impedimento ou acrescentando características negativas que nesse quesito provavelmente não existam.

Na categoria “Definição” aparece uma relação de ambiguidade, pois ao mesmo tempo que o ENEM fornece a “Oportunidade”, a “Porta para o Futuro”, a possibilidade de cursar um ensino superior, ele evoca sentimentos como “medo” (“é algo que me dá medo”), é considerada uma prova “complicada de se fazer “ (“Beneficente, porém difícil”). Em “Expectativas” muitos alunos demonstram que o seu maior desejo é poder ir bem “Espero que eu possa ir bem e tirar uma pontuação boa”, “Espero ter uma boa nota” e também relatou a concepção de “Uma prova tensa, cansativa, difícil”, com “Perguntas complicadas de responder” retomando muito à categoria “Definição.

Nas últimas duas categorias “Motivos para prestar” e “Motivos para não prestar” alguns conteúdos são bem semelhantes aos anteriores “Para me ajudar a entrar na faculdade”, “Para tentar obter uma bolsa em uma faculdade conceituada”. No segundo aparece “Porque eu não tô preparado agora” e “Greve dos Professores”, e outros diferentes “Não fiz a inscrição a tempo” e “Eu não quero”. O “Porque eu não tô preparado agora” reflete como dito anteriormente a situação do aluno em relação à prova, caracterizada por muitos como uma desvantagem, considerando-se o sucateamento da Educação Pública.

Uma resposta bem interessante foi “Greve dos professores” em “Motivos para não prestar”, mostrando que pela falta de professores, pela falta de aulas e políticas públicas o seu acesso ao Enem foi negado, ou seja, o aluno não chegou a se inscrever para a prova por sentir-se despreparado. Isso mostra o quanto políticas públicas acabam por uma via ou por outra afetando a vida dos alunos, e muitas vezes “determinando” se irão ou não ingressar em uma Universidade.

Portanto, apesar do caráter democrático, no intuito de propiciar mais oportunidades no ingresso à Universidade e também de seu modelo avaliativo, para verificar a qualidade do ensino médio (SOUZA, 2010), o Enem nem sempre consegue cumprir o seu propósito. Percebe-se que por conta de outra política, ou por reivindicação dos profissionais (greve dos professores) o aluno é excluído do ENEM, desse modo, as políticas ao invés de se complementarem, e permitirem um maior acesso ao ensino, seja qual for o seu grau, acabam por ter o efeito inverso.

A greve dos professores revela também como se vem fazendo política na área educacional, em que os professores, os que de fato vão executar o plano proposto, “Todas as políticas implantadas no plano da reforma educacional investem no professor como aquele que terá a tarefa primordial de efetivá-la” (SOUZA, 2010). Entretanto, mesmo tendo esse papel

fundamental muitas vezes os educadores não são chamados para a discussão ou planejamento do programa (SOUZA, 2010).

Diante desse quadro, em que muitas políticas são decretadas de forma hierarquizada, o docente sente-se desvalorizado e isso gera também formas de resistência, insatisfação e a falta de um maior engajamento no seu trabalho. (SOUZA, 2010)

Em geral é possível notar que o ENEM ocupa o status de “ambíguo”, pois é uma prova que fornece a “Oportunidade” do ingresso, a “chance” da bolsa, e ao mesmo tempo ela “dá medo”, é “muito difícil”. Dentre essas dificuldades vemos características de cunho material, mas também acadêmicas, a primeira como não poder pagar a inscrição, “o gasto com transporte”, e na segunda “Porque eu não tô preparado agora”, “É exigido muito no quesito matéria, coisa que nem todo estudante público tem acesso”. E ainda temos como obstáculo a desinformação sobre a existência da bolsa integral e a gratuidade das inscrições, o que dificulta muito mais o acesso à prova.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo conhecer as expectativas dos alunos em relação à prova do ENEM, e descobriu-se que há expectativas ambíguas, de que o ENEM fornece uma “Oportunidade”, a qual é limitada por inúmeras barreiras. É uma prova feita principalmente para esse público (estudantes do 3º ano do Ensino Médio), cabe refletir até que ponto ela realmente os alcança, já que há diversos obstáculos entre os alunos e a prova. Este é um ponto a pensar sobre as políticas públicas em geral, ou seja, em que medida elas verdadeiramente alcançam o seu público e efetivam seus objetivos.

No ENEM é possível ver dois caminhos principais o da meritocracia que “depende” dos alunos, e o que foge ao controle deles, como conteúdo dado em sala de aula e as políticas públicas. Um exemplo recente é o da ocupação das escolas pelos alunos² em que durante a manifestação as aulas foram inviabilizadas, dificultando a realização da prova para alguns alunos, pois a partir do déficit já conhecido há também a falta de aulas. Por um lado, luta-se para se manter a escola e garantir o seu espaço, e por outro, perde-se as aulas e a possibilidade de fazer uma prova melhor.

Assim, esta pesquisa se propôs a discutir essa política pública, visando, como dito anteriormente, “problematizar os princípios, os valores e as condições institucionais presentes

² É um movimento realizado por alunos de escolas públicas, do qual ocuparam escolas que iriam ser fechadas através de uma ação de reorganização por ciclos, promovida pelo então governador Geraldo Alckmin.

no cotidiano da escola” (CREPOP, 2013), e dessa forma, fomentar a ampliação e discussão desenvolvimento do ENEM. Como prova de que o Governo Federal reconhece que esta é uma questão de suma importância, há algumas semanas implantou o MECFlix³, uma plataforma virtual em que os estudantes têm acesso a vídeo aulas, um plano de ensino e simulados.

A presente pesquisa também fortaleceu o papel da Psicologia na denúncia dos impasses da Política Pública e no fortalecimento da importância de uma educação de qualidade para todos os jovens brasileiros. Assim, com uma política mais adequada à realidade se faz uma Educação melhor, gerando um país mais igualitário, com equidade social e a contribuição para uma vida mais humana e digna, que possibilite o maior acesso a este bem tão grandioso que é o conhecimento construído historicamente pelos homens.

REFERÊNCIAS

ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Doze motivos favoráveis à adoção do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, vol. 19 n. 70, 107-125, Mar. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362011000100007&lng=en&tlng=pt.

ANGELUCCI, C.B; VIÉGAS, L.S (Org.). *Políticas Públicas em Educação*. Uma análise Crítica a partir da Psicologia Escolar. 1a.ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

BARBOSA, Renilce Miranda Cebalho. *OS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA POLÍTICA DO EXAME NACIONAL: O ENEM NO ENSINO MÉDIO*. In: V Seminário de Estudos de Análise do Discurso, Porto-Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/5SEAD/POSTERES/RenilceMirandaBarbosa.pdf>>

BRASIL, Governo do Estado do Paraná. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. *O que são Políticas Públicas?* Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf>

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841. Lei de Diretrizes e Bases. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>

³ (<https://geekiegames.geekie.com.br/>).

BREUS, Lima Thiago. *Políticas Públicas no Estado Constitucional: A Problemática da Concretização dos Direitos Fundamentais Sociais pela Administração Pública Brasileira Contemporânea*. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2006. Disponível em: <<http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/31063-34052-1-PB.pdf>>

CASTRO, Rosangela de Barros. Psicologia e políticas públicas: articulações possíveis. *Revista Psicologia Política*, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 377-381, dez. 2011. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200013&lng=pt&nrm=iso> Acessado em 10 abr. 2016

CREPOP, Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas. *Referências Técnicas para a Atuação de Psicólogos (os) na Educação Básica*, Brasília, 2011.

FERNANDES, Carolina dos Santos; MARQUES, Carlos Alberto. A CONTEXTUALIZAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS: A VOZ DE ELABORADORES DE TEXTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO. In: *Investigações em Ensino de Ciências*, v. 17, n. 2, p. 509-527, 2012.

FILHO, Abdias Paulo Cruz et al. Acesso e permanência na universidade: uma questão de mérito? In: RODRIGUES, Alan et al. *Práticas pedagógicas e a lógica meritória na universidade*, p. 34-40, 2006.

LÜDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 2008.

MECFLIX. *A Hora do ENEM*. Disponível em: <<https://geekiegames.geekie.com.br>> e <<https://tvescola.mec.gov.br/tve/serie/hora-do-enem/MECflix>> Acessado em 20 abr. 2016

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 20. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002

_____. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 6.ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, 1999.

RIBEIRO, Jocenilson; SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. Estudo de Linguagem Sincrética em exames nacionais de avaliação brasileira (ENEM e ENADE): por uma semiologia histórica do discurso. In: Víctor M. Castel; Liliana Cubo de Severino. (Org.). *La renovación de la palabra en el bicentenario de la Argentina. Los colores de la mirada lingüística*. 1ed.Mendoza - República Argentina: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras, 2010, v. 1, p. 1117-1127. Disponível em: < http://www.academia.edu/download/31076377/Ribeiro_158_CSAL12.pdf>

SLONIAK et al. Política pública de educação uma análise do ENEM: exame nacional do ensino médio no Distrito Federal. *Universitas Jus: revista da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Centro Universitário de Brasília*, v. 24, n. 1, p. 61-78, 2013.

SOUSA NETO, M. *Políticas públicas em educação: reflexões histórico-sociais*. In: II Encontro de Pesquisa da UFPI, Teresina, 2002.

SOUZA, M. P. R. Psicologia Escolar e políticas públicas em Educação: desafios contemporâneos. *Psicologia Escolar: Pesquisa e Intervenção*, v. 23, p. 129-149, 2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (orgs.). *Fronteiras da educação: desigualdade, ontologia e política*. Goiânia: PUC Goiás, 2010, p. 93-99.

RIZZO JUNIOR, Ovidio. *Controle social efetivo de políticas públicas*. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2009. Tese de Doutorado em Direito Econômico e Financeiro. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2133/tde-18112009-094825/>>.

Contatos: lu.no.ma@hotmail.com e roseli.caldas@mackenzie.br